



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006132-80.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Condomínio**
 Requerente: **Condomínio Edifício Residencial Studio Viena**
 Requerido: **Edson Placeres de Carvalho e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RESIDENCIAL STUDIO VIENA, qualificado na inicial, ajuizou ação de cobrança em face de EDSON PLACERES DE CARVALHO e MARIA CRISTINA SOARES DE CARVALHO, também qualificados, alegando sejam os requeridos proprietários de um imóvel localizado no edifício administrado pelo ora requerente, localizado na Rua Visconde de Inhaúma nº 1.057 - São Carlos (apartamento nº 11), tendo os requeridos deixado de efetuar os pagamentos das taxas de condomínio, requerendo, assim, a condenação ao pagamento destas, além das que vierem a vencer no curso da demanda, bem como a aplicação de 2% do valor do débito, correção monetária e juros desde o vencimento, estando a dívida, na data da propositura da ação, no valor de R\$ 6.919,42.

Os réus, devidamente citados, deixaram de apresentar contestação.

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil e envolve questão patrimonial, de modo que é de rigor sejam aplicados os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial, conforme art. 344, do CPC.

Portanto, é de rigor a procedência da ação, cumprindo aos requeridos pagar o valor devido pelo inadimplemento das parcelas vencidas, todas acrescidas de multa contratual de 2% do valor do débito, conforme estipulado na convenção do condomínio, além de correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, ambos a contar da data do vencimento.

Tratando-se a presente ação de cobrança de prestações periódicas, nos termos do quanto disposto no art. 323, do CPC, arcará ainda a ré com o valor das prestações vencidas e não pagas no curso do processo, desde que devidamente comprovadas, as quais deverão ser incluídas na condenação, podendo ser executadas as vencidas até a data de início da execução do julgado.

Os réus sucumbem e deverão, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO os réus EDSON PLACERES DE CARVALHO e MARIA CRISTINA SOARES DE CARVALHO a pagar o autor CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RESIDENCIAL STUDIO VIENA a importância de R\$ 6.919,42 (*seis mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos*), referente as despesas condominiais desde janeiro/2016 a junho/2018, bem como as parcelas vencidas e não pagas ao longo do processo, todas acrescidas de multa contratual de 2% do valor do débito, correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, ambos a contar da data do vencimento; e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (*dez por cento*) do valor da condenação, atualizado.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 03 de setembro de 2018.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**